INCLUSÃO EDUCACIONAL

RUTE HELENA DA SILVA SANTOS

RESUMO

Entender a inclusão ainda hoje é uma tarefa difícil, pois matricular um aluno em uma sala lotada nem sempre é fácil para o professor, todo ano e importante conhecer os alunos suas características que fortalecem o planejar do professor, muitas vezes o professor se sente sozinho com muitas dúvidas de como será, a inclusão e importante para que as interações aconteçam o quanto se ganha quando um aprende com o outro, o artigo é uma referência bibliográfica que tem como pesquisas autores consagrados que acreditam no desenvolvimento da criança com necessidades especiais. A educação consegue modificar o pensamento e as atitudes das crianças que precisam de quem acredite em seu potencial, a inclusão tem resultados mágicos no que se refere a aprendizagem e desenvolvimento. Entender os caminhos que a inclusão percorreu até aqui fortalecem as lutas por um trabalho de qualidade.

Palavras-chave: Inclusão; Desenvolvimento; Educação.

INTRODUÇÃO

O início da educação especial no Brasil começou devido às experiências vindas da Europa e dos Estados Unidos da América. A partir do século XIX, brasileiros inspirados em transformar a educação especial e fazer a diferença na vida dessas crianças, organizaram serviços voltados para o atendimento cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos (MAZZOTTA,2001).

Pensar, portanto, em inclusão de alunos com necessidades especiais, não é uma tarefa muito fácil, principalmente quando você é um educador, e vivencia essa realidade de todos os dias. Algumas pessoas levantam a seguinte indagação: será que colocar um aluno com necessidades especiais em sala de aula com alunos do ensino regular, não estará retardando o aprendizado do aluno com necessidades especiais e do aluno considerado “normal”? Compreender, do certo e do errado, quando você tem dois indivíduos com o mesmo interesse em comum, é uma problemática que traz várias indagações de caráter educacional.

Segundo Vygotsky (1983), a promoção do desenvolvimento cultural da criança com deficiência intelectual é afetada pela condição psicofisiológica e sociopsicológica. Os avanços do potencial de desenvolvimento dessas crianças estão em suas funções psicológicas superiores, construídas no dinamismo das relações sociais mutuamente compartilhadas com mediação dos instrumentos culturais.

O que ainda é um grande desafio para a inclusão são os professores que não acreditam no potencial do aluno e prefere afastá-lo do grupo, o que para o aluno causa muito mal, apesar do desafio cada conquista é muito valioso principalmente no ensino aprendizagem.

1-Inclusão

Muitos educadores ainda hoje não aceitam a inclusão por não acreditarem que seu aprendizado aconteça, e por não compreender que ele próprio tem um potencial e experiência para fazer a diferença tanto em sua vida quanto na do aluno de inclusão.

Os efeitos positivos da inclusão, na busca para a renovação das escolas, só são possíveis quando a pessoa envolvida acredita e compreenda as limitações, e que a dificuldade existe para que seja superada, e também que o professor tenha estrutura para buscar e entender seu aluno.

A inclusão não deve ser vista como um grave problema, e sim como um desafio a ser conquistado, onde as conquistas e aprendizagens aconteçam, e que a compreensão por parte de todos seja benéfica para o convívio intrapessoal.

A proposta de educação inclusiva partiu da declaração de Salamanca, onde proclamou o direito de todos à educação, independentemente das diferenças pessoais. No entanto, a formulação e a implementação de políticas com relação à integração e inclusão de pessoas com necessidades especiais têm sido inspiradas por uma série de documentos contendo declarações, recomendações e normas jurídicas internacionais e nacionais envolvidas com a temática da deficiência (CARVALHO, 1999)

Na busca pelo sucesso, é necessário que a escola tenha seus parceiros, como comunidade, pais e centros especializados, com todos construindo um perfil de como trabalhar a inclusão.

Entretanto, com o pensar de que as presenças dessas crianças serão vistas de forma negativa - já que as comunidades têm, em sua formação, tantas características diferentes -, é importante pensar na questão da inclusão, e aceitar tais diferenças, constituindo um aprendizado mútuo em que os alunos aprendam, criam habilidades e se solidarizem através do aprendizado com a inserção e aprofundamento da educação especial.

Pensando na transformação da educação inclusiva, o currículo é de extrema importância para que o aluno possa se desenvol-

ver no processo de aprendizagem, conforme Stainback (1999) e, como tal diversidade de alunos incluídos nas turmas regulares, os educadores precisam ter uma visão crítica do que está sendo exigido de cada aluno.

O professor precisa conhecer seu aluno para poder pensar no currículo apropriado a este, objetivando uma metodologia mais eficiente e acessível para esses alunos, para que estes possam alcançar seus objetivos ao longo dos anos. As habilidades, competências, interesses e singularidades de cada aluno devem fazer parte da vida do professor, no processo de aprendizagem.

É fundamental educar com e para a heterogeneidade, onde cada professor considera cada aluno como único, que seu aluno, independentemente das necessidades especiais que apresente, possui um conjunto de características que o torna indivíduo, pertencente à mesma espécie, porém distinto dos demais (FREIRE, 1996)

Pensando nessa reflexão, o currículo deve ser adaptado conforme às necessidades da sala de aula; não se deve mudar o tema que é proposto pelo currículo, e sim pensar numa forma de adaptar ou facilitar o aprendizado de acordo com a dificuldade do aluno, levando a uma interação com toda a sala de aula, fazendo com que o ensino-aprendizagem promova uma interação completa, levando cada aluno a incentivar o seu colega a desenvolver e interagir com a turma.

O professor muitas vezes precisa trabalhar com um planejamento flexível, voltado para a realidade atual; no caso de alunos com necessidades especiais, muitas vezes eles não estão dispostos como os outros alunos, fazendo assim com que a dinâmica da aula seja mudada.

Segundo Xavier (2002), A construção da competência do professor para responder com qualidade as necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde a necessidade social e histórica de superação da pratica pedagógica que discrimina, segrega e exclui, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para equidade, a solidariedade, a cidadania (p.19).

A formação do professor é de extrema importância no trabalho educacional, principalmente no caso da inclusão. Uma vez que muitos professores não se sentem capazes de trabalhar com esses alunos, o investimento em cursos deve ser contínuo, pois cada vez mais cresce o número de crianças com necessidades especiais na rede de ensino, e elas devem ser recebidas com amor, carinho, e entendimento de que seu aprendizado será rico e proveitoso.

As instituições educativas têm uma função básica de socialização e, por esse motivo, têm sido sempre um contexto gerador de atitudes. Isso significa dizer que os valores impregnam toda a prática educativa e são aprendidos pelas crianças, ainda que não sejam considerados como conteúdos a serem trabalhados explicitamente, isto é, ainda que não sejam trabalhados de forma consciente e intencional. A aprendizagem de conteúdos deste tipo implica uma prática coerente, onde os valores, as atitudes e as normas que se pretende trabalhar estejam presentes desde as relações entre as pessoas até a seleção dos conteúdos, passando pela própria forma de organização da instituição. A falta de coerência entre o discurso e a prática é um dos fatores que promove o fracasso do trabalho com os valores. Nesse sentido, dar o exemplo evidencia que é possível agir de acordo com valores determinados. Do contrário, os valores tornam-se vazios de sentido e aproximam-se mais de uma utopia não realizável do que de uma realidade possível (REFERENCIAL CURRICULAR,1998)

A escola especial é muito mais do que uma escola comum; como tal, sua prática não precisa estar limitada a um sistema paralelo de educação, e sim fazer parte da educação, como um todo, existindo nas escolas regulares e constituindo-se em mais um sinal de qualidade em educação, quando oferecida a qualquer aluno que dela necessite, por quaisquer motivos.

O professor ainda espera muito do governo, que não têm profissionais capacitados para ajudar na demanda desses alunos. No caso da educação infantil não há tanta dificuldade, devido à proximidade do professor com o aluno, mas no caso do ensino fundamental é mais complicado, uma vez que eles são maiores, estão na adolescência e têm a curiosidade de entender como é o mundo aqui fora; muitas vezes o professor acaba se sentindo perdido por não dar conta desse aluno, por isso à importância da participação de parceiros e também de cuidadores experientes na educação desses alunos.

É muito importante que os alunos com necessidades especiais aprendam a viver e crescer na sociedade atual dentro de suas limitações e é importante que a socialização e interação aconteçam, favorecendo esse aluno dentro de seus direitos.

2-A inclusão da criança com necessidades educacionais especiais

A questão da inclusão de crianças com necessidades educacionais na rede regular de ensino na realidade e no contexto aumenta cada vez mais, a integração de pessoas portadoras de deficiências como cidadãos, com seus respectivos direitos e deveres na sociedade atual.

A inclusão fundamentada na história decorrentes de lutas e discussão pelos direitos humanos, foi em 1948 quando a aprovação da lei da Declaração Universal dos

ciais a dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos, no campo da educação esse fato reflete no desenvolvimento e nas estratégias das oportunidades.

O princípio da educação é que todas as crianças precisam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldade ou diferenças que possam existir.

A LEGISLAÇÃO

Hoje graças as leis a inclusão tomaram outro rumo, onde a criança com necessidades especiais é vista com outros olhos, jovens estão conquistando seu espaço em cursos profissionalizantes, empregos, crianças sendo matriculadas na rede regular de ensino, e com os mesmos direitos que outras, conquistando seu espaço em faculdades, ou seja, fazendo jus os seus direitos.

Antigamente por mais que a pessoa mostrasse sua habilidade não tinha lei que garantisse seu direito, em muitos casos muitas pessoas não puderam assumir seu espaço. A inclusão com as leis mostrou força para garantir que seus direitos fossem garantidos.

Segundo a lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Artº 3- A criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, mordem espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Segundo o estatuto da criança, o adolescente tem seus direitos e devem ser respeitados numa visão nacional, os portadores de deficiência está dentro dessa lei, nenhum momento ele identifica ou classifica alguém é um direito fundamental que deve ser levado a sério, e claro que a criança com necessidades especiais depende de um laudo para que veja suas condições e suas necessidades, dentro desses deveres estão incluídos o estado e municípios que devem fazer sua parte.

Cada especificidade necessita de um atendimento, sabe-se que algumas crianças não têm como frequentar uma escola regular e precisa de um apoio educacional e clinico em casa ou em centros especializados, mas o importante diante a tudo é que se cumpra o que realmente se estabelece a lei.

A Constituição Federal de 1988 define no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e no artigo 208, garante como dever do estado a oferta do atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino. Com o objetivo de garantir os direitos das pessoas com deficiência como cidadão e reforçar a igualdade de oportunidades educacionais, a partir da Constituição Federal algumas resoluções e documentos foram publicados, surgindo leis, portarias, decretos, revendo as políticas da educação.

A constituição federal de 1988 defende o direito a educação e ao acesso a escola e não utiliza objetivos quando fala desses direitos; toda escola deve respeitar os princípios constitucional para atender os alunos. Elege como princípios para o ensino a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art.206, inciso I) e define que o dever de Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais alto do ensino, da pesquisa e criação artística, segundo a capacidade de cada um (art.208, inciso V).

A criança portadora de necessidades especiais necessita de alguns tratamentos diferenciados e que deve ser exigida pela família ou mesmo a escola. Muitas vezes as leis até são respeitadas, mas é como a sociedade reagiu diante a uma criança com necessidades especiais, na realidade há ainda muitas pessoas que realmente ignoram as crianças como se fossem culpadas de tudo que se passam com ela, Algumas pessoas fingem não perceber a criança ou a necessidade da família.

A declaração de Montreal (2001) apoia e defende os direitos das pessoas com deficiência intelectual e tem como objetivos:

- Difundir as convenções internacionais, declarações e normas internacionais que protegem os direitos humanos e as liberações fundamentais das pessoas com deficiência intelectuais:
- Promover ou estabelecer, quando não existirem, a integração desses direitos nas políticas públicas nacionais na legislação e nos programas nacionais pertinentes;
- Apoiar, promover e programas, ações, nas américas que favoreçam a inclusão social com a participação de pessoas com deficiência, suas redes sociais e suas comunidades;
- Recomendar ao estado que reconheçam as pessoas com deficiências intelectuais como cidadãos e cidadãs plenos da sociedade.

O Plano Nacional de Educação – PNE 2001, ao estabelecer objetivos e metas para os sistemas de ensino, apontam um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência na rede regular de ensino, a formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado. Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem

prever, no seu currículo, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. (MEC, SEESP, 2007 p. 4)

2.1 A POLÍTICA EDUCACIONAL NA INCLUSÃO

Quando se fala em inclusão se reverte a uma área de estudos que vem sendo direcionados muitos anos inclusive quando se pensa no acesso a seu espaço e ao saber, a pedagogia da inclusão visualiza todos os pontos que visam melhorar o espaço das crianças, de envolva todas as áreas do conhecimento, onde seu desenvolvimento seja integral. As crianças vista como incapaz sempre acabam em desvantagens, ocupando, no imaginário, a posição de caridades, de piedade, e não de pessoas que fazem jus de seus direitos sociais e uma educação de qualidade.

Muitas famílias são o principal alvo na inclusão das crianças, numa escola regular ela mesma não aceita seu filho com algumas diferenças assim como os considerados “normais”, os alunos com algumas necessidades mais grave deve receber apoio maior e não tem como participar de uma aula na sala regular, nesse caso cabe à família exigir do governo uma ajuda e o apoio necessário para que ele possa usufruir o que é necessário para seu bem estar. Hoje alguns hospitais já contam com professores que auxiliam as crianças que não tem como ir à escola de maneira natural, e um direito que eles tem e um dever por partes dos governos cumprirem seu papel.

No sistema educacional encontram-se crianças que são superdotadas que requer um caminho mais amplo, mas que barra no sistema uma vez que a escola estadual não tem preparo para atender esse aluno, ou é muito longe e as famílias não têm como acompanhar a crianças, muitas vezes ele e obrigado a frequentar a escola e o professor não tem preparo para trabalhar com este aluno.

Quando o sistema deixa a desejar quem sofre e a sociedade, a família e o aluno acabam saindo da escola onde se dá à evasão escolar, crianças que se decepcionam com o sistema pelo descaso.

O estado tem uma fala muito atraente em relação à inclusão, mas demanda de profissionais da educação que não tem o preparo para se trabalhar com as crianças que chegam com as mais diversas necessidades, e muitas vezes o professor passa o ano inteiro e não consegue entender o que o aluno tem, consulta longe com profissionais da saúde e mesmo especialista para ajudar no diagnostica do aluno.

A inclusão escolar constitui para que todos tenham direito com igualdade de direitos e oportunidade. A dignidade, os direitos individuais, a forma de como cada aluno e tratado, como cada aluno é tratado, como será seu ensinamento depende muito de materiais e formação. O cego precisa do Braile, o surdo da Libra e assim por diante. São fatores que cabe investimento, por parte do governo.

(...) a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educados que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação. (Mazzotta, 1998)

O respeito e a valorização do aluno é uma ética que deve ser revista sempre, tendo em vista a responsabilidade do estabelecimento, as propostas dessa política e centrar seu foco de discussão da escola, do governo.

O planejamento e o currículo devem ampliar sua visão no que se refere à inclusão, de modo geral não somente nos casos de laudos e sim na discriminação social, no preconceito em geral.

A política inclusiva exige um planejamento amplo e com verbas que Supla a necessidades dos alunos.

O censo escolar é uma maneira que o governo tem para reconhecer e ter base dos números de crianças que estão na escola e os que por muito tristes que seja encontram-se trancafiadas em casa sem ter a oportunidade de ver o mundo do lado de fora, de viver a interação com o outro, a escola pode não garantir a alfabetização, mas pode trabalhar com o brincar, a interação, o ouvir uma história a proximidade com o outro e o carinho de poder amar.

A partir do momento que a criança vive o novo ela busca força para enfrentar desafios que nunca imaginou passar, a formação das escolas e de apoiar mesmo quando o professor se perde, o grupo escola acolhe essa criança e faz o melhor por ela, cabe também, a família fazer seu papel, o governo deve lançar campanhas que force os pais a matricularem seus filhos nas escolas para que ela tenha o convívio social com o outro.

A política educacional sempre será uma luta constante, para a melhoria do sistema que atende a milhares de crianças, jovens e adultos que fazem parte desse mundo, a teoria deve se juntar a pratica de maneira a ampliar, a criança deve viver intensamente o que pode com todas as regalias possíveis, isso não se deve só aos portadores de deficiência física, mas a todas as crianças que estão matriculadas na rede de ensino, o direito a viver com intensidade cabe a todas as crianças, brancas, negras, gorda, magra sem distinção de cor raça, o importante e que tenha uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O respeito e a valorização da diversidade dos alunos exigem que a escola defina sua responsabilidade no estabelecimento de relações que possibilitem a criação de espaços inclusivos, bem como procure superar a produção, pela própria escola de necessidades especiais (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

No Brasil no início de um novo milênio, a questão chave para educação e a Inclusão. A sociedade busca solução para um de seus problemas. As pessoas com deficiência enfrentam grandes dificuldades de serem aceitas em suas famílias, nas escolas especiais ou não e na sociedade como um todo.

A escola deve criar condições necessárias para o desenvolvimento do aluno para assim poder superar seu próprio limite, e indiferente da necessidade toda criança precisa de uma escola de qualidade e um ensino igualitário, a sociedade busca o melhor para si e para outro pensando sempre no desenvolvimento futuro.

Segundo o Referencial (1998) A maneira como cada um vê a si próprio depende também do modo como é visto pelos outros. O modo como os traços particulares de cada criança é recebido pelo professor, e pelo grupo em que se insere tem um grande impacto na formação de sua personalidade e de sua autoestima, já que sua identidade está em construção. Um exemplo particular é o caso das crianças com necessidades especiais. Quando o grupo a aceita em sua diferença está aceitando-a também em sua semelhança, pois, embora com recursos diferenciados, possui, como qualquer criança, competências próprias para interagir com o meio (13).

A inclusão na escola e aceitar as diferenças ampliando conhecimento e enriquecendo o currículo.

A criança não consegue se desenvolver sozinha necessita de um estímulo de modo que a escola tem um grande desafio o da superação pela deficiência ou mesmo seus limites, essa superação ajuda muito no aprendizado do aluno, é importante que o professor entenda esse aluno, fortalecendo o trabalho educacional.

A sociedade precisa começar a aceitar um mundo cheio de diferenças e de pessoas que precisam uma das outras para aprender e se desenvolver, a inclusão veio para mostrar o quanto é possível a ensinar e também a aprender.

Entender a inclusão precisa começar desde sempre, pois é fato que cada dia mais tem mais crianças que precisam ser tratados com amor respeito e carinho, apesar de muitas vezes apresentar dificuldade de aprendizagem e envolvimento com o outro faz toda a diferença.

REFERÊNCIAS

BRASIL Declaração de Salamanca: Brasília: Ministério de Justiça/Secretaria Nacional de Direitos Humanos. 1997:18

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil: conhecimento de mundo. Secretaria da Educação Fundamental.

Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil - ECA. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BROWN, Thomas. E.. Transtorno de Déficit e Atenção: a mente desfocada em crianças e adultos. Porto Alegre: Artmed, 2007

CARVALHO, Rosita Edler. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro:W-VA,1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.

São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MARQUEZINE, Maria Cristina, ALMEIDA, Maria Amélia/TANAKA, Eliza Deiko Oshiro, BUSTO, Rosangela Marques, SOUZA, Silvia Regina, MELETT, Silvia Márcia

Ferreira, FUJISAWA, Dirce SHIZUCO, (Orgs). Inclusão. Londrina: Eduel. 2003

MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação Especial no Brasil. Histórias e Politicas Públicas, São Paulo: Cortez. 1996

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?

São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Égler; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos.

Atendimento educacional especializado: políticas públicas e gestão nos municípios.

São Paulo: Moderna, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Igualdade e diferença na escola: como andar no fio da navalha. In: PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Org.).

Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MINA, R. Uma creche em busca de inclusão. São Paulo: Menon-Edições Científicas, 1998.

MINA, R.; BOSSA, N. A. Avaliação psicopedagógico da criança de zero a seis anos.

Petrópolis: Vozes, 1994.

TIRIBA, L. Educar e cuidar: buscando a teoria para compreender discursos e práticas. Rio de Janeiro: Ática, 2005.

STAINBACK, Suzan & Willian Satainback. Inclusão: Um Guia para Educadores.

Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

VIGOTSKY, L. S. A formação sócia da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.